

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 18/2012**

Período: 02/06/2012 – 08/06/2012

GEDES – Brasil

- 1- Arquivo Nacional analisa pedidos de restrição ao acervo de documentos do regime militar
- 2- Comissão da Verdade I: acesso a documentos dos centros de informações das Forças Armadas
- 3- Comissão da Verdade II: colunas opinativas
- 4- Comissão da Verdade III: capitão da reserva cria cartilha visando dificultar os trabalhos da Comissão
- 5- Cerimônia no Líbano marca substituição da Fragata União
- 6- Cadete da FAB morre ao ser ejetado de aeronave
- 7- Sete mulheres podem se tornar as primeiras oficiais-generais do Exército brasileiro
- 8- Dilma pretende definir compra dos caças nas próximas semanas
- 9- Aeronáutica desloca esquadrilhas de Roraima para cuidar da segurança da Rio+20

1- Arquivo Nacional analisa pedidos de restrição ao acervo de documentos do regime militar

Conforme noticiado pelo periódico *Correio Braziliense*, o Arquivo Nacional estabeleceu um prazo de trinta dias, com previsão de término para o dia 18/06/12, para manifestações dos que se sentirem ofendidos com a divulgação dos documentos relativos ao período do regime militar (1964-1985). Após esta data, os documentos serão liberados integralmente e sem restrição de nomes, caso não haja recurso por parte dos cidadãos envolvidos. Segundo o governo federal, o acesso será irrestrito por conta da importância histórica de tais dados, diferentemente do que ocorria até então, quando os nomes de personagens da época eram tarjados. O acervo contém documentos que envolvem informações sobre os principais órgãos de inteligência da época e também dos serviços de segurança de pequenas empresas, como a Companhia Energética de Piauí e a Companhia Docas de São Paulo. Serão disponibilizados papéis de 38 órgãos de informações do regime, sendo a maioria referente ao Serviço Nacional de Informações e aos Centros de Informações do Exército, da Aeronáutica e da Marinha. O Arquivo Nacional também criou uma comissão para analisar os pedidos; entretanto, o diretor do órgão, Jaime Antunes, aponta que deverão ser apresentadas “justificativas embasadas” e que “caso não haja recurso, tudo será liberado mediante a assinatura de um termo de responsabilidade por parte de quem requerer”. Segundo o *Correio*, poucas pessoas haviam procurado as sedes do Arquivo nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília até o momento da reportagem. (*Correio Braziliense – Política - 03/06/12*)

2- Comissão da Verdade I: acesso a documentos dos centros de informações das Forças Armadas

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, a Comissão da Verdade terá acesso a documentos dos centros de informações das Forças Armadas, para que conduza as investigações sobre casos de violações de direitos humanos ocorridos no período do regime militar (1964-1985). No dia 04/06/12, o ministro da Defesa, Celso Amorim, reuniu-se com integrantes da Comissão da Verdade e relatou que as informações apoiarão os trabalhos, conforme determina a lei. Segundo Amorim, os arquivos da área de inteligência do período militar poderão revelar novos fatos, e muitos documentos já estão no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro e em Brasília. O ministro da Defesa declarou que "em termos gerais, tudo estará aberto", referindo-se aos arquivos dos Centros de Informações do Exército (CIE), da Aeronáutica (Cisa) e da Marinha (Cenimar), apesar dos militares negarem a existência de documentos. Segundo os jornais, nos últimos anos, os três órgãos confiaram ao Arquivo Nacional cerca de 4,1 mil dossiês com informações do período do regime militar, sendo que muitos foram abertos à consulta pública. Porém, historiadores e especialistas acreditam que os acervos podem conter muitas outras informações. O CIE é o centro que detém o maior volume de dados, seguido pelo Cisa, que em 2011 entregou um conjunto de documentos ao Arquivo Nacional, e pelo Cenimar. De acordo com os jornais, o órgão da Marinha é considerado o mais "misterioso" entre as Forças Armadas, devido a falta de detalhes sobre sua atuação durante o regime militar e à pequena quantidade de dossiês encontrados e entregues. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, os centros de informações de cada uma das Forças "guardam as memórias da repressão política", conhecidos como "arquivos secretos da ditadura". Nesses centros, em 1993, foram encontradas três listas com informações sobre guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil (PC do B) mortos na região do Araguaia, no início dos anos 1970. Desde 1985, as Forças Armadas declaram a não existência de arquivos oficiais, porém os militares nunca admitiram que representantes civis do governo ou da Justiça entrassem nos centros. Grupos de direitos humanos aguardam a abertura dos centros para terem acesso aos documentos e poderem, com isso, esclarecer a maneira como os militantes políticos morreram. (*Correio Braziliense* – Política – 05/06/12; *Folha de S. Paulo* – Poder – 05/06/12; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 05/06/12)

3- Comissão da Verdade II: colunas opinativas

Em coluna opinativa publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o general da reserva do Exército e ex-chefe do Estado-Maior do Ministério da Defesa, Romulo Bini Pereira, afirmou que com a instauração da Comissão da Verdade, o "ciclo de beligerância e de turbulência política do passado recente" voltou a ser discutido no Brasil, e estará presente em debates e artigos nos próximos dois anos, tempo para a realização dos trabalhos da Comissão. Segundo Pereira, em tal período, os "principais fraseados das esquerdas brasileiras" estarão em destaque, seguidos de justificativas emocionais. Além disso, abre-se espaço para se discutir a Lei da Anistia, já nomeada "lei injusta", sem que os críticos se recordem que essa lei "permitiu quase 33 anos de relativa paz no processo de crescimento democrático do país. Sem ela, o período seria

controverso e perturbador”. De acordo com o general da reserva, as Forças Armadas serão o foco da Comissão da Verdade, e, como são disciplinadas, ficarão em silêncio e sem poder político para interferir. Pereira ainda criticou um artigo opinativo publicado pela *Folha*, de autoria de Frei Betto, no qual este intitulava a referida comissão como “Comissão da Vaidade”, referindo-se a um jurista que a integra e que se posicionou contrário, em corte internacional, aos interesses dos familiares de vítimas da guerrilha do Araguaia. Sendo assim, Frei Betto questionou a imparcialidade desse jurista ao executar seu trabalho na comissão. Pereira, por sua vez, questiona a argumentação de Frei Betto para concluir que os sete membros da Comissão da Verdade serão imparciais ao analisarem “um só lado”, ou seja, as Forças Armadas. Em coluna opinativa para o jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 07/06/12, o sociólogo e doutor em geografia humana Demétrio Magnoli afirmou que a palavra “verdade” deveria ser retirada do nome da Comissão da Verdade, e que esta deveria ser intitulada de Comissão de Inquérito. Para Magnoli, uma comissão que analisasse crimes contra os direitos humanos com poderes judiciais produziria “uma ‘verdade’ irreconstruível” a partir de narrativas factuais e com implicações penais. Diferentemente, para o sociólogo, uma comissão nos moldes da Comissão da Verdade brasileira busca a verdade histórica, que “é uma interpretação dos eventos do passado que oscila ao sabor do ‘espírito do presente’”. Segundo Magnoli, se a Lei da Anistia tivesse sido revogada, os crimes cometidos tanto por militares quanto por militantes durante o regime militar (1964-1985) poderiam ser julgados e condenados, porém, com a ausência de ações do poder Judiciário, a atual Comissão ficará “condenada a fabricar interpretações estatais” do que ocorreu durante o regime. Em coluna de opinião no jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 08/06/12, Raphael Neves, professor assistente da Universidade de São Paulo (USP), avaliou que “ao emitir seu juízo sobre ações individuais, a Comissão da Verdade terá de inevitavelmente lidar com os limites aos quais qualquer ação, mesmo de resistência legítima, está sujeita”. Neves elucidou seu argumento com o exemplo a África do Sul, que antes mesmo da criação de uma comissão da verdade de âmbito nacional, criou comissões para investigar os abusos cometidos por todos os envolvidos no movimento de resistência contra o apartheid (1948-1994). Para o professor, a legitimidade de uma comissão da verdade está na sua capacidade de emitir juízos imparciais e, portanto, a Comissão da Verdade brasileira terá que especificar o que será considerado “grave” no que se tratar de violações de direitos humanos. Neves sugeriu que a definição de “crime” no direito internacional seja utilizada como parâmetro para a Comissão da Verdade. Sendo assim, os crimes de torturas, execuções, desaparecimentos e detenções praticados pelo Estado devem ser julgados, mas os crimes praticados por agentes não estatais só podem ser considerados “graves violações” se praticados sistematicamente. A partir destas definições, Neves concluiu que “algumas violações da luta armada podem não ter sido totalmente elucidadas” e, portanto, deverão ser analisadas para que a legitimidade do processo seja assegurada, não podendo assim impor limites aos direitos humanos tanto para o Estado, quanto para o cidadão. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 05/06/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 08/06/12; O Estado de S. Paulo – Espaço Aberto – 07/06/12*)

4- Comissão da Verdade III: capitão da reserva cria cartilha visando dificultar os trabalhos da Comissão

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o capitão da reserva e membro da Frente Nacional Contra a Comissão da Verdade, José Geraldo Pimentel, publicou uma cartilha que incita os militares a não contribuírem para o funcionamento da Comissão da Verdade. A cartilha menciona que o colegiado da Comissão “é o primeiro passo para a revisão da Lei da Anistia”, e sugere que o boicote seja feito por meio da ocultação de documentos, de posse dos militares, que contenham informações sobre locais de corpos de pessoas que foram vítimas da repressão durante do regime militar (1964-1985), além de apelar para que os militares que forem convocados para depor na Comissão não o façam. O documento ainda orienta os militares a “ficarem de prontidão para qualquer sinalização do comandante do Exército” ou necessidade de reação, e classifica os favoráveis ao funcionamento da Comissão como inimigos dos militares. Pimentel expôs ao *Correio* que o objetivo do texto é orientar os militares, “função que [...] não é exercida pelos superiores”. O Ministério Público Militar (MPM) solicitou a instalação de um inquérito, por parte do Exército, para investigar a criação da cartilha de Pimentel. A ex-Procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Gilda Pereira de Carvalho, considerou preocupante a conclamação dos quartéis à prontidão, e reivindicou providências por parte do Ministério da Defesa, alegando que a publicação da cartilha é uma “incitação ao crime”, incentivo ao “falso testemunho”, e crime contra a paz pública. O ministro da Defesa, Celso Amorim, não se pronunciou quanto ao caso, porém, o seu chefe de gabinete, Antônio Thomaz Júnior, evidenciou que Amorim “orientou o Comando do Exército a apurar eventuais responsabilidades disciplinares ou criminais”. Segundo o *Correio*, o governo federal e os comandantes das Forças Armadas entrevistaram, o que resultou na retirada do texto da internet por parte dos clubes militares. (*Correio Braziliense – Direitos Humanos – 06/06/12; Correio Braziliense – Manifesto – 06/06/12*)

5- Cerimônia no Líbano marca substituição da Fragata União

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a convite do comandante da Marinha, Julio Soares de Moura Neto, o ministro da Defesa, Celso Amorim, participou da cerimônia de despedida da Fragata União, no Líbano. Tal navio foi substituído pela Fragata Liberal, que coordenará, até 2013, a Força de Paz das Nações Unidas, em Beirute. (*Correio Braziliense – Política – 05/06/12*)

6- Cadete da FAB morre ao ser ejetado de aeronave

Segundo os jornais *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo*, o cadete da Academia da Força Aérea, André Rodrigues Silva, morreu no dia 04/06/12, ao ser ejetado de uma aeronave modelo T-27 Tucano da Força Aérea Brasileira (FAB), na cidade de Pirassununga, estado de São Paulo. Em nota, a assessoria de imprensa da FAB afirmou que já deu início às investigações. Segundo a Força Aérea, a ejeção, não programada, ocorreu quando a aeronave estava no solo. De acordo com especialistas, o assento ejetável, quando ativado com o avião imóvel, não fornece a propulsão necessária para a abertura do paraquedas. Peritos da Polícia Civil estiveram no local e o laudo,

que indicará o motivo da ejeção, será divulgado no próximo mês. (Correio Braziliense – Brasil – 05/06/12; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/06/12)

7- Sete mulheres podem se tornar as primeiras oficiais-generais do Exército brasileiro

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, sete mulheres estão no seletor grupo que, nos próximos cinco anos, poderão se tornar as primeiras oficiais-generais do Exército brasileiro. Elas estão se formando na Escola de Comando do Estado Maior do Exército (Eceme), o que lhes permitirá dirigir uma unidade da corporação, bem como a possibilidade de chegar ao topo da carreira militar. Para isto, elas terão de passar por algumas etapas, como atingir as patentes de tenente-coronel e coronel, o que pode levar pouco mais de cinco anos. Sobre a possibilidade das mulheres se tornarem generais, a major Regina Lúcia Shindel afirmou que “a nossa carreira depende muito mais da intelectualidade do que da força física”. Já as majores Ana Maria Jorge Teixeira, engenheira de fortificação do Instituto Militar de Engenharia (IME) e Carla Maria Clausi, médica cardiologista, enfatizaram a possibilidade de levar os conhecimentos desenvolvidos no Exército para melhorar a situação dos civis. No momento, as sete mulheres (três médicas e quatro engenheiras) estão aptas a chegar a patente general de divisão, considerado o posto máximo permitido para a ascensão do quadro feminino. De acordo com o Comando do Exército, são 6,3 mil militares mulheres em suas fileiras do Exército, sendo que 1,4 mil são de carreira e 4,9 mil temporárias. (Correio Braziliense – Política – 08/06/12)

8- Dilma pretende definir compra dos caças nas próximas semanas

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, a presidente da República, Dilma Rousseff, pretende tomar a decisão final com respeito à aquisição dos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB) durante a visita do novo presidente da França, François Hollande, ao Brasil para participar da Rio+20. Durante sua visita, Hollande esclarecerá à presidente Rousseff a proposta final e as novas condições da França na possível venda dos caças Rafale, da Dassault, para o Brasil. (Correio Braziliense – Cidades – 08/06/12)

9- Aeronáutica desloca esquadrilhas de Roraima para cuidar da segurança da Rio+20

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Aeronáutica deslocou de Boa Vista, capital de Roraima, para a cidade do Rio de Janeiro, as esquadrilhas de F-5M e Super Tucano para fazerem a guarnição do espaço aéreo durante a Rio+20, que será realizada entre os dias 20 e 22 de julho. Além disso, haverá também quatro caças AMX, dois F-5 Tiger e aviões radares na Base Aérea de Santa Cruz. (Correio Braziliense – Cidades – 08/06/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br
O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).